



Da esperança ao medo? O que pensam jovens brasileiros sobre a conjuntura na atualidade¹

Antonio Euzébios Filho²
Larissa Moreira Soares³

Resumo:

Este texto buscou analisar, sob uma ótica psicossocial, o que jovens universitários brasileiros pensam da conjuntura atual. Participaram desta pesquisa 45 estudantes, entre 18 e 26 anos, de graduação dos cursos de Administração, Contabilidade e Psicologia de uma universidade pública localizada no estado de São Paulo. A ideia de uma onda conservadora, identificada em narrativas de estudos anteriores (2015-2018), se confirmou com o fortalecimento de movimentos sociais de direita e extrema-direita, pela realização cotidiana de atos antidemocráticos e pelo resultado das eleições presidenciais de 2018. No período de realização do presente estudo (2019), a onda conservadora já era uma realidade e isto foi observado entre os participantes como um fato não impossível de ser superado, apesar de consolidado. A onda conservadora foi identificada entre os participantes como sendo responsável pela precarização de serviços públicos, descaracterização dos direitos sociais, criminalização dos movimentos sociais, uso de *Fake News* e por fomentar uma polarização social baseada na construção da imagem do adversário político como inimigo. Assim, o conservadorismo é traduzido nas narrativas como um fenômeno que gera medo e desesperança. De Lula à Bolsonaro, teria então o medo tomado o lugar da esperança? Esta é a questão que buscamos responder – não de forma definitiva - ao final do texto. Concluímos que as perspectivas e horizontes de transformação são tímidos entre os participantes, o engajamento em partidos, entidades e movimentos políticos também. Contudo, o cenário é de incerteza e emergem novas configurações nas lógicas de participação e representação política.

Palavras chave: juventude, consciência política, conjuntura, Brasil.

Resumen:

¹ Recibido: 01/06/2021 Aceptado: 29/06/2021

² Docente do Instituto de Psicologia do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (IP-USP). Psicólogo formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005). Concluiu o Mestrado (2007) e o Doutorado (2010) pelo programa de pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas. Tem experiência na área da Psicologia Social, Psicologia Escolar e Educação, atuando principalmente em contextos educativos e comunitários. Atualmente é professor assistente doutor do Instituto de Psicologia da USP, departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Desenvolve estudos de temáticas como: participação política, psicologia e políticas públicas.

Contato: antonioeuzebios@usp.br

³ Psicóloga formada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2021). Especializanda em Atenção Psicossocial no CAPS Itapeva. Tem experiência em projetos de extensão universitária na área da Psicologia Cultural e Social. Desenvolve estudos de temáticas como: psicologia, saúde mental, povos indígenas e clínica. Contato: larissa.soares@usp.br



Este texto buscó analizar, desde una perspectiva psicosocial, lo que los jóvenes universitarios brasileños piensan de la situación actual. Participaron en esta investigación 45 estudiantes de pregrado entre 18 y 26 años de los cursos de Administración, Contabilidad y Psicología de una universidad pública ubicada en el estado de São Paulo. La idea de una ola conservadora, identificada en narrativas de estudios anteriores (2015-2018), se confirmó con el fortalecimiento de los movimientos sociales de derecha y extrema derecha, por la realización diaria de actos antidemocráticos y por el resultado de las elecciones presidenciales de 2018. En el periodo del presente estudio (2019), la ola conservadora era ya una realidad y esto se observó entre los participantes como un hecho no imposible de superar, aunque consolidado. La ola conservadora fue identificada entre los participantes como responsable por la precarización de los servicios públicos, la descaracterización de los derechos sociales, la criminalización de los movimientos sociales, el uso de las *Fake News* y el fomento de una polarización social basada en la construcción de la imagen del adversario político como enemigo. Así, el conservadurismo se traduce en las narrativas como un fenómeno que genera miedo y desesperanza. De Lula a Bolsonaro, ¿el miedo habría sustituido a la esperanza? Esta es la pregunta a la que pretendemos dar respuesta – no definitiva – al final de este texto. Concluimos que las perspectivas y los horizontes de transformación son tímidos entre los participantes, así como el compromiso en partidos, entidades y movimientos políticos. Sin embargo, el escenario es de incertidumbre y surgen nuevas configuraciones en las lógicas de participación y representación política. Palabras clave: jóvenes, conciencia política, coyuntura, Brasil.

Abstract:

This paper sought to analyze, from a psychosocial perspective, what young Brazilian college students think about the current situation. Participated in this research 45 undergraduate students between 18 and 26 years old from the Administration, Accounting, and Psychology courses at a public university located in the state of São Paulo. The idea of a conservative wave, identified in narratives of previous studies (2015-2018), was confirmed with the strengthening of right-wing and far-right social movements, by the daily realization of antidemocratic acts and by the result of the 2018 presidential elections. At the time of the present study (2019), the conservative wave was already a reality and this was observed among the participants as a fact not impossible to be overcome, although consolidated. The conservative wave was identified among the participants as being responsible for the precarization of public services, mischaracterization of social rights, criminalization of social movements, use of Fake News, and for fostering a social polarization based on the construction of the image of the political opponent as an enemy. Thus, conservatism is translated in the narratives as a phenomenon that generates fear and hopelessness. From Lula to Bolsonaro, would fear have taken the place of hope? This is the question that we seek to answer – not definitively – at the end of this text. We conclude that the perspectives and horizons of transformation are shy among the participants, as well as the engagement in political parties, entities, and movements. However, the scenario is uncertainty and new configurations emerge in the logics of political participation and representation.

Key words: youth, political conscience, conjuncture, Brazil



Introdução

Este texto integra um esforço de uma série de estudos (Euzébios Filho & Guzzo, 2020; Tabata & Euzébios Filho, 2020; Euzébios Filho & Guzzo, 2018; Euzébios Filho, 2016), sob uma ótica da Psicologia Social, sobre questões voltadas à participação e representação política na conjuntura atual e que persegue uma pergunta: o que pensam os jovens sobre o contexto político atual? Para tal, realizamos uma pesquisa empírica com estudantes universitários a fim de investigar as narrativas construídas entre diferentes grupos sobre a conjuntura política atual.

Em estudos anteriores (Euzébios Filho & Guzzo, 2018) com jovens universitários e estudantes de cursinho popular, pudemos notar que, aos olhos destes participantes, o medo daquilo que foi caracterizado como uma “onda



conservadora” parecia superar a esperança de que fossem concretizadas ações de enfrentamento e resistência coletiva ao modelo neoliberal, que, de maneira acelerada vem desmontando os direitos sociais e as relações de trabalho. Assim como vem se caracterizando pelo aprofundamento da violência e das desigualdades sociais, entre outros elementos que caracterizam o cenário dramático que combina uma profunda crise social, política e econômica.

A crise de representatividade também se apresenta como um dado de leitura desta realidade: entidades e partidos políticos apareceram com descrédito nas narrativas dos participantes da pesquisa. A corrupção é citada como fenômeno estrutural, o que traz ainda mais desconfiâncias em relação ao mundo da política. Para superar as mazelas sociais e econômicas, os jovens do presente estudo parecem apostar, ainda que timidamente, em movimentos sociais fundados sob uma lógica aparentemente descentralizada e horizontal, confirmando o resultado de pesquisas anteriores (Euzébios Filho & Guzzo, 2016, 2018, 2020; Tabata & Euzébios Filho, 2020).

Em outro estudo também foi possível entender o que jovens universitários avaliavam como alternativas de resistência e participação política na atualidade (Tabata & Euzébios Filho, 2020). Nesta oportunidade, notamos que a noção de esquerda e direita foi interpretada pelos participantes, de maneira geral, como dois polos políticos distintos – contrariando a ideia pós-moderna de que não há diferenças entre estes dois campos no mundo de hoje. Em geral, prevaleceram entre os participantes noções muito próximas àquela distinção clássica de Bobbio (1995) sobre ser de direita e ser de esquerda, onde o campo da esquerda estaria inclinado à busca pela igualdade, e o da direita, pela liberdade econômica. A separação entre um e outro campo político trouxe novamente um debate sobre a conjuntura no Brasil atual, que dentre outros elementos se caracteriza por uma polarização entre petismo x antipetismo, como lembra Tatagiba e Galvão (2019). Os participantes do estudo mencionado entenderam justamente que há uma polarização entre o campo da esquerda (representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por exemplo) e da direita (tendo o Partido Social Liberal (PSL), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Movimento Brasil Livre (MBL) como



os principais atores mencionados, sendo o primeiro partido o que elegeu o atual presidente da República Jair Bolsonaro).

Ainda em uma outra ocasião, também foi possível analisar como as alternativas de resistência e participação política aparecem nas narrativas de jovens estudantes do ensino médio e universitário (Euzébios Filho & Guzzo, 2020). Nesse caso, foi perguntado o que pensavam acerca do socialismo: seria essa uma alternativa viável entre os jovens?

Notamos, pela interpretação das respostas obtidas, que o socialismo não é descartado entre os jovens, especialmente entre os universitários, que entendem este regime social como sendo caracterizado pela inversão da lógica de poder entre as classes sociais – a noção de classe trabalhadora e Estado socialista aparece nas narrativas, ainda que indiretamente. Nesse estudo, observamos, ainda, que as ideias de igualdade e justiça social são bem aceitas entre os jovens, porém, o perigo da burocratização do Estado, de imposição de restrições à liberdade de expressão e o autoritarismo são colocados como entraves à implementação do regime socialista (Euzébios Filho & Guzzo, 2020). O medo aqui aparece como elemento que rivaliza com a esperança de mudança social. Assim, se por um lado há simpatia aos princípios do socialismo, por outro não há uma indicação clara de que este seja o caminho para superação das mazelas sociais produzidas pelo capitalismo. Novamente surgem os movimentos sociais como alternativa, sendo estes caracterizados, supostamente, por lógicas mais maleáveis de participação e representação política.

O enfoque do presente estudo é mais uma vez conhecer e interpretar, a partir de uma perspectiva psicossocial, os diferentes olhares e narrativas de jovens universitários sobre a conjuntura na atualidade. A partir de um diálogo sobre a conjuntura atual, buscamos conhecer e entender como 45 estudantes universitários dos cursos de Psicologia, Administração e Contabilidade de uma universidade pública do estado de São Paulo legitimam ou deslegitimam determinadas estratégias de enfrentamento ou de conservação da ordem, de modo que foi possível retratar, aos olhos dos participantes, as tramas que estruturam a jovem democracia no Brasil.

A escolha pelos estudantes universitários se deu pela importância histórica que assumem no contexto social e político do país, desde a mobilização



na luta contra a ditadura militar (1964-1985), protagonizado também pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que participou ativamente da campanha “Diretas Já” em 1984, ou ainda, a campanha “Fora Collor” que culminou na saída do então presidente da república Fernando Collor de Melo em 1992, entre outras mobilizações sociais que marcam os universitários como atores políticos importantes no Brasil.

A ideia de uma onda conservadora, identificada em narrativas de estudos anteriores já mencionados (2015-2018), não deve ser absolutizada uma vez que há importantes focos de resistência partidária, sindical, nos movimentos sociais e até mesmo nas redes sociais. Porém, também não é possível deixar de reconhecer que houve, especialmente após as manifestações de junho de 2013, um fortalecimento de movimentos sociais de direita e extrema-direita, pela realização cotidiana de atos antidemocráticos e foi coroada pelo resultado das eleições presidenciais de 2018. No período de realização do presente estudo (2019), concordamos com os participantes que uma determinada onda conservadora (que, repetimos, convive com múltiplos modos de resistência) já era uma realidade e isto foi observado entre os estudantes como um fato possível de ser superado, apesar de consolidado.

A onda conservadora foi identificada entre os participantes como sendo responsável pela precarização de serviços públicos, descaracterização dos direitos sociais, criminalização dos movimentos sociais, uso de *Fake News* e de um processo de desinformação, por fomentar uma polarização social baseada na construção da imagem do adversário político como inimigo, acirrando a violência entre os grupos de oposição. Assim, o conservadorismo é traduzido nas narrativas como um fenômeno que gera medo e desesperança. Teria, então, o medo tomado o lugar da esperança?

Em 2002, no discurso de posse do então presidente eleito Lula, do PT, afirmou-se que a esperança vencia o medo. Nos anos seguintes, assistimos a um significativo crescimento macroeconômico, conformação mínima de um pacto social (sob a pena de uma base parlamentar comprometida com a corrupção, é verdade), regulamentações legais que trouxeram novas perspectivas e investimentos nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, entre outros elementos que marcaram a era Lula, que durou de 2002 a



2010 (Singer, 2015). A esperança realmente florescia para uma ampla camada da população que se via incluída, ainda que com sérios limites, nas políticas sociais.

Foram somente após as manifestações de junho de 2013 em diante, que se conforma um movimento antipetista. Esse movimento não se apresentou apenas como oposição aos governos petistas (Lula e posteriormente Rousseff), mas vem se aglutinando em torno de um programa duplo, que busca aliar pautas socialmente conservadoras com a defesa de uma política econômica ultraliberal (Paulane, 2020).

Com a chegada de uma robusta crise econômica, com a perda progressiva de legitimidade do governo Rousseff (2010-2016), também do PT, e outros tantos elementos que não cabem mencionar aqui, conformou-se um movimento, de múltiplas faces, congregando a direita tradicional e uma extrema-direita, que desde 2015 tem contribuído para polarizar o debate político nacional. É então que o medo toma o lugar da esperança: o medo da corrupção, de uma suposta ameaça comunista, da desconstrução de valores seculares ligados à uma imagem santificada de família, de liberação da sexualidade, entre outras ameaças que geraram uma reação. Uma reação, como diria Castells (2018), contra as reconfigurações do mundo moderno e contra o desmoronamento de determinados referenciais coletivos (religiosos, familiares e políticos). Uma reação de quem, assustado, se depara com tanta diversidade na internet, mas, sobretudo, com tantas guerras informacionais, mudanças de cenário e crises que geram insegurança social e econômica. É uma reação alimentada por uma crise de representatividade, por uma desconfiança crescente com as vias legais/democráticas. É uma reação pautada, sobretudo, no medo e na insegurança (Holzkamp, 2016).

No Brasil, após as conhecidas manifestações de junho de 2013 (Romão, 2013), transbordaram novas modalidades de expressão política reforçadas por uma crescente desconfiança em relação às instituições democráticas (Romão, 2013; IBOPE, 2013) e por uma crise da democracia representativa (Florentino, 2008; Frizzo, 2014; Messenberg, 2015). Analisamos, em outra oportunidade (Euzébios Filho, 2019), que foram os movimentos conservadores – não apenas como força parlamentar, mas como força social – que até o momento



canalizaram, com mais sucesso, as insatisfações e o medo gerado pelo cenário de inseguranças e incertezas.

Em 2018, ano de eleições presidenciais, a campanha do então candidato Jair Bolsonaro (então no PSL), se utilizou amplamente da construção do sentimento de medo fomentado pela ideia de um inimigo comum, que como em outros momentos históricos, é taxado de “comunista” (Martín-Baró, 2000). Como dito anteriormente, isso ocorreu em um período marcado por uma polarização social e política, caracterizada, majoritariamente, entre petistas e antipetistas (Tatagiba & Galvão, 2019).

Maitino (2017), ao analisar o discurso de Jair Bolsonaro, aponta que as narrativas utilizadas na construção e conformação de grupos políticos tiveram maior ênfase em questões de cunho moral, como: reatualização do discurso anticomunista, vinculado à oposição aos governos petistas e aliado à valorização do período do regime militar e com pouca menção a questões econômicas. Tal construção narrativa pode ser identificada em alguns trechos dos discursos de Bolsonaro na mídia durante o período de campanha eleitoral. Para dar alguns exemplos: “(Ministro da Educação) Tem que ser alguém que chegue com um lança-chamas e toque fogo no Paulo Freire”¹; “Não serve para nada (a Organização das Nações Unidas). É local de reunião de comunistas e gente que não tem compromisso com a América do Sul”²; “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá”³.

O lema do governo Bolsonarista, conforme amplamente divulgado na campanha eleitoral, é liberal na economia e conservador nos costumes, o que sintetiza a base programática e social do governo, formada por setores religiosos radicais do neopentecostalismo, setores militares, antipetistas, setores populares, como alguns movimentos organizados de caminhoneiros (Euzébios Filho, 2019). O governo atual também conta com o apoio pragmático do mercado

¹ Pronunciado em 30 de abril de 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/as-ideias-os-valores-de-bolsonaro-em-100-frases-23353141>. Acesso em 13 de maio de 2021. (sem numeração de página, parênteses nossos)

² Pronunciado em 18 de agosto de 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/as-ideias-os-valores-de-bolsonaro-em-100-frases-23353141>. Acesso em 13 de maio de 2021. (sem numeração de página, parênteses nossos)

³ Pronunciado em 01 de setembro de 2018. Disponível: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-pol%C3%AAsicas/a-46065201>. Acesso em 13 de maio de 2021. (sem numeração de página)



financeiro, que confia no governo para realização de um programa ultraliberal, com uma ampla proposta de privatização, rígida política de ajuste fiscal e corte de verbas sociais (Paulane, 2020).

É preciso lembrar, contudo, que este cenário altamente diversificado e volátil, não mostra apenas uma reação em relação ao sistema político-institucional nos parâmetros da já mencionada onda conservadora, mas também vem trazendo importantes exemplos de movimentos de contestação da ordem, como podemos observar nas manifestações e ações políticas em oposição ao governo atual, mandatos coletivos referenciados no campo da esquerda e que trazem novas modalidades de organização para o parlamento, entre outros elementos que demonstram resistência aos rumos da conjuntura na atualidade.

É fato que o cenário político atual deixa claro que a alienação e a emancipação não se apresentam como dois processos antagônicos da consciência política, ainda mais se considerarmos que uma parcela significativa da população, ao mesmo tempo em que não questiona necessariamente o capitalismo, por outro lado, questiona (de diferentes formas) o modo de representatividade burguês.

Segundo Iasi (2006), a consciência política não se caracteriza por níveis estáveis de consentimento e contestação do capitalismo. Ao contrário, o que vemos nos dias de hoje é uma intensa (e confusa) combinação de elementos conservadores com elementos de ruptura da ordem social. Os movimentos contraditórios da consciência parecem dar o tom da conjuntura na atualidade, regendo novas expressões de participação e representação política.

Para uma compreensão psicossocial da conjuntura na atualidade

Para Martín-Baró (2000), a Psicologia Social deve se ocupar em compreender a ação como ideológica. Isso pode ser traduzido por aquilo que o autor denomina de fenômeno psicossocial, que transcorre das mediações entre consciência e ideologia, materializado nos processos históricos e nas relações sociais concretas. O termo psicossocial corresponde a um processo contínuo de múltiplas determinações, que revelam entrelaçamentos entre as dimensões subjetiva e objetiva da realidade concreta (Martín-Baró, 1996, 2000). Os contornos psicossociais a que nos referimos são resultados de determinadas



mediações estabelecidas entre consciência e política: novamente chegamos então ao campo da ideologia.

Do ponto de vista psicossocial, ideologia pode ser compreendida como um fenômeno responsável por apresentar/traduzir à consciência política as bases objetivas das relações sociais de poder, seja para ocultá-las ou decodificá-las (ou ambos os processos convivendo dialeticamente). É importante mencionar que a ideologia não se revela como mera transmissão de uma realidade política e econômica, pois revela decodificações simbólicas de problemas concretos, organizadas a partir de um processo de organização popular, por exemplo, ou então (podendo ser um fenômeno paralelo e contraditório) revela um processo de amenização dos conflitos sociais, um processo de resignação e fatalismo (Martín-Baró, 2000).

A ideologia se apresenta também com contornos psicossociais que não se descolam da materialidade, porém, não se prendem totalmente a ela. Isso nos autoriza a afirmar, por exemplo, que os anseios políticos não são necessariamente justapostos aos interesses objetivos de uma classe, como afirmam Martín-Baró (2000) e Iasi (2006). A ideologia impulsiona processos de aproximação e/ou distanciamento político, contribui para gerar afetos que revelam olhares e narrativas mais otimistas ou pessimistas da realidade, motiva processos de coesão grupal ou polarização social, atualiza noções de participação e de representação política. Ela corresponde ao entrelaçamento entre maneiras de representar o mundo, modos de vida, identificação sócio-política e resistência política.

O cenário político atual, mais do que a predominância de uma ideologia específica, caracteriza-se por intensa e dinâmica volatilidade, muitas vezes recaindo a posições extremadas (especialmente pela direita) ou para posições de apegos a novos ídolos de ocasião – como foi o caso do juiz Sérgio Moro no contexto da operação Lava Jato, que havia condenado o ex-presidente Lula à prisão, como nos lembra Gohn (2017)⁴. É um cenário marcado, sobretudo, por

⁴ A decisão do juiz de primeira instância, Sérgio Moro, que foi ministro da justiça do governo Bolsonaro durante os dois primeiros anos do mandato (2018-2020), foi revertida no Supremo Tribunal Federal (STF), deixando explícito aquilo que já estava claro para os movimentos progressistas no Brasil de uma maneira geral: o caráter político da condenação à prisão do ex-presidente Lula. Assim, no presente momento, Lula está novamente elegível e passa a organizar sua candidatura para as próximas eleições em 2022.



uma crise de representatividade, mas com focos claros e importantes de polarização social. Neste escrutínio, como já afirmamos anteriormente, é necessário reconhecer que há uma onda conservadora. Mas é verdade, porém, que ela se coloca como tendência e não como fato consumado.

A polarização social – que no Brasil atual se caracteriza, especialmente, entre os campos petistas e antipetistas (Tatagiba & Galvão, 2019) – também pode ser analisada a partir do conceito de ideologia, sob uma ótica psicossocial. Procuramos fazê-lo a partir de Martín-Baró (2000), para quem, em termos gerais, a polarização envolve a construção da imagem do outro, baseada em preconceitos e estereótipos – os “petralhas” e “comunistas”, que representam os petistas x os “facistas” e “bolsominions”, como são caracterizados os Bolsonaroístas. A polarização envolve a luta objetiva, mas também simbólica entre esquerdas e direitas, entre setores e classes sociais que disputam o poder e a legitimidade do representar.

O medo e a esperança são afetos que geralmente compõem o cenário da disputa política e alimentam palcos de polarização. São dois afetos explorados ao longo da história pela Psicologia das massas⁵. A atualidade da realidade brasileira, neste sentido, não nos mostra algo diferente.

O medo de um “inimigo comum” é fomentado pelo governo presidencial eleito em 2018. Este medo, que gera uma reação, tomando pela perspectiva de Holzkamp (2016), pode contribuir para reduzir a capacidade de ação psicopolítica da classe trabalhadora se a caracterização deste inimigo contribuir para estreitar o campo de percepção, identificando como adversários membros da própria classe. Por outro lado, pode trazer confiança para aqueles que se organizam a partir deste sentimento, promovendo coesão grupal de um grupo aparentemente homogêneo, mas que fomenta a polarização social e contribui para gerar um clima generalizado de desconfiança.

Por outro lado, as lutas sociais e os movimentos de resistência anticapitalista – materializado na conjuntura brasileira atual por movimentos sociais como o MTST, mas também presentes nas manifestações antirracistas

⁵ Desde o clássico livro *Psicologia das Multidões* de Gustave Le Bon (1895), ou *Psicologia das massas e análise do eu* de Sigmund Freud (1991) publicado em 1921, ou ainda *Psicologia de Massas do Fascismo* de Wilhelm Reich (2001) publicado pela primeira vez em 1933. São autores que, segundo Martín-Baró (2000), compõem o período inaugural da psicologia social.



e nos movimentos de ocupações das escolas públicas – continuam a produzir esperança, caracterizando-se por processos de conscientização (Freire, 2001). Trata-se de um processo caracterizado pela decodificação das relações de poder que tem uma dimensão prática: corresponde a um engajamento social, à organização e à reconstrução da memória histórica. É um processo dialógico, como descrito por Paulo Freire e Martín-Baró (2001 e 2000), e, portanto, aglutinador e fortalecedor de laços psicopolíticos. Assim, podemos afirmar que a conscientização pode levar à ampliação da capacidade de ação psicopolítica, mais uma vez nos termos propostos por Holzkamp (2016), uma vez que contribui para a construção de laços de solidariedade de classe, que supera a ação meramente imediatista e reativa.

Com base nessas reflexões, reconhecendo sobretudo o caráter processual, contraditório e multideterminado da consciência política, vamos passar para o campo da descrição metodológica da pesquisa, buscando, posteriormente, trazer os resultados da análise dos discursos dos participantes.

Caminho Metodológico

Participantes

Participaram deste estudo 45 estudantes de graduação, 15 eram do curso noturno de Administração (identificados como A1, A2 e assim por diante), 19 do curso noturno de Contabilidade (C1, C2 etc.) e 11 do curso integral de Psicologia (P1, P2 etc.). Do total dos 45 participantes, 56% afirmaram ser do gênero masculino e 44% declararam ser do gênero feminino. A idade variou entre 18 e 37 anos, sendo a maioria (40%) na faixa entre os 18 e 26 anos, os mais jovens encontravam-se no curso de Psicologia e Administração e os mais velhos no curso de Contabilidade.

Tabela 1. Caracterização dos entrevistados

	Administração	Contabilidade	Psicologia
Renda familiar (S.M. = Salário Mínimo)	7% 1 S.M. 53% 2 a 4 S.M. 7% 5 a 10 S.M. 33% acima 10 S.M.	5% 1 S.M. 42% 2 a 4 S.M. 16% 5 a 10 S.M. 37% acima 10 S.M.	18% 1 S.M. 36% 2 a 4 S.M. 27% 5 a 10 S.M. 18% acima 10 S.M.
Cotas sociais	20%	21%	27%
Empregabilidade	53% só estuda	32% só estuda	45% só estudo



	20% trabalho CLT 13% estágio 13% pessoa jurídica	32% trabalho CLT 26% estágio 5% pessoa jurídica 5% funcionário público	9% trabalho CLT 18% estágio 27% pessoa jurídica
Escolaridade familiar	80% superior completo	78% superior completo	63% superior completo
Sociabilidade política	13% diariamente 33% semanalmente 27% esporadicamente 20% quase nunca 7% nunca	32% diariamente 26% semanalmente 26% esporadicamente 5% quase nunca 11% nunca	18% diariamente 36% semanalmente 27% esporadicamente 18% quase nunca

Fonte: elaboração própria.

A maioria dos estudantes que participaram desta pesquisa ingressou na universidade por meio de vestibular regular, com renda familiar entre 2 e 4 salários mínimos (o que equivale a R\$1.996,00 e R\$3.992,00, considerando que o salário mínimo em 2019 era de R\$998,00), com nível de escolaridade dos membros da família no ensino superior e dedicados integralmente aos estudos, principalmente os estudantes de Administração e Psicologia (este último de período integral). Há também aquelas famílias que vivem com mais de 10 salários mínimos, representando a faixa de renda mais alta, sendo o curso de Contabilidade com a maior porcentagem (37%), seguido pelo curso de Administração (33%) e por último o curso de Psicologia (18%). Mas há as minorias: aqueles cujas famílias vivem com 1 salário mínimo (o maior índice no curso de Psicologia com 18%), ingressaram via cotas sociais e os pais que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio.

Dos estudantes de Administração, 73% dos entrevistados responderam que não se vinculam a nenhum movimento social, partido ou entidade política. Dos 20% que responderam que sim, participam, os movimentos, entidades ou partidos políticos citados foram: maçonaria, coletivos locais feministas, LGBTQI, negro e ambientalistas. Para 64% existem movimentos, entidades ou partidos políticos que os representam, sendo estes os citados: diretório acadêmico e entidades estudantis da universidade, movimentos sociais locais e globais que atuam nas causas ambientais e do feminismo e os partidos de centro esquerda e de esquerda, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), respectivamente.



Dos estudantes de Contabilidade, 95% afirmaram participantes não participar de nenhum movimento social, partido ou entidade política. Para 58% dos estudantes de contabilidade, nenhum partido, entidade ou movimento os representam. 26% não respondeu à questão e somente 16% afirmam que alguns destes o representam, sendo citados de maneira genérica: movimentos raciais e LGBTQI, Partido dos Trabalhadores e movimentos socialistas.

Os estudantes de psicologia aparecem como mais engajados em movimentos, partidos e entidades políticas com 36% de respostas positivas sobre participação em alguns destes espaços, como estes citados: 1) Ativismo ambiental e dos não humanos, 2) Direitos Humanos, 3) Centro Acadêmico, 4) Representação Discente, 5) Movimento LGBTQI e negro de combate à AIDS, 6) Movimento feminista, 7) Movimento de luta pela saúde pública e luta antimanicomial, entre outros. Para 60% dos entrevistados, existem movimentos, partidos ou entidades políticas que o representam, são estes: movimento feminista em nível local e nacional, centro acadêmico do curso, além de partidos como o PSOL.

A sociabilidade política foi analisada em relação à pergunta: “Com que frequência conversam com amigos e familiares sobre política e tentam convencê-los sobre assuntos políticos?”. Nota-se, portanto, que parte significativa dos entrevistados conversam sobre política diária ou semanalmente: como informado, 13% dos estudantes de administração afirmaram que conversam sobre o tema diariamente e 33% semanalmente, 32% e 26% responderam que diariamente e semanalmente, respectivamente, no curso de contabilidade e no curso de Psicologia, 18% diariamente e 36% semanalmente. 20% dos estudantes de administração afirmaram que participam de algum movimento social, entidade ou partido político. Os estudantes de psicologia também aparecem como mais engajados em movimentos, partidos e entidades políticas com 36% de respostas positivas sobre participação em alguns destes espaços.

Procedimento de coleta das informações

Os participantes deste estudo foram selecionados devido a circulação acadêmica dos pesquisadores na universidade. Além disso, optamos por uma



variação de cursos de diferentes áreas e tradições para que houvesse uma diversificação da amostra e a possibilidade de realizar uma análise comparativa entre os segmentos de estudantes. A coleta se deu ao longo do ano de 2019.

Os estudantes foram escolhidos por conveniência e participaram aqueles que aceitaram o convite e o preenchimento do instrumento da pesquisa. A construção do instrumento foi inspirada em pesquisas sobre comportamento político e eleitoral (por exemplo, Aguillar, 2015; Florentino, 2008).

O instrumento continha duas partes e todas as respostas foram preenchidas por escrito, incluindo: (1) identificação dos participantes com: (1.1) perguntas objetivas que fornecessem informações socioeconômicas (gênero, idade, renda e nível de escolaridade familiar, forma de ingresso e permanência da universidade); (1.2) questões objetivas que fornecessem minimamente informações sócio-políticas, como participação em movimentos, partidos ou entidades políticas e rede de sociabilidade política. (2) Na segunda parte do instrumento foi utilizado um roteiro semiestruturado que abordou uma questão ampla, como uma pergunta disparadora – “como avalia a conjuntura na atualidade?”.

Durante o desenvolvimento da pesquisa e no contato com os participantes da mesma, foram respeitados todos os procedimentos éticos. Após a aprovação do projeto ao comitê de ética da universidade (CAAE número: 90920518.3.0000.5561), utilizamos um termo de consentimento livre e esclarecido para a aplicação do instrumento de pesquisa.

Procedimento de análise das informações

Não propomos identificar aspectos de uma consciência individual, ou a soma de opiniões como quer a Psicologia tradicional (Martín-Baró, 1996; 2000). Nosso desafio foi lidar com um fenômeno dialético, histórico e em movimento. Desse modo, reconhecemos limites da análise das informações sabendo que só será possível chegar a hipóteses parciais sobre o que pensam os jovens sobre participação e representação política. Com as informações, trazemos alguns elementos para o debate científico em torno de determinadas manifestações da consciência política. Isso significa que, por meio dos procedimentos metodológicos adotados, propomos uma análise teórica dentro dos limites do



momento empírico, buscando alcançar, contudo, generalizações que serão formuladas com base em aspectos particulares da realidade.

Os discursos/informações sobre determinados temas foram agrupados por similaridade de temáticas abordadas em um primeiro momento. O agrupamento desses discursos em temas permitiu interpretar teoricamente as narrativas particulares dos sujeitos e grupos estudados. Os fundamentos teóricos balizaram, portanto, a identificação de aspectos centrais e secundários dos discursos (Jacques, 1993). Ainda, é importante lembrar que a hierarquização das informações coletadas não se deu apenas pela repetição das informações, mas pela relevância qualitativa que elas assumem na totalidade dos discursos dos participantes.

Assim, primeiro realizamos a transcrição e análise separada de cada grupo de participantes: estudantes dos cursos de Psicologia, Contabilidade e Administração. Em um segundo momento, as informações de cada um dos grupos foram confrontadas entre si, buscando ampliar o campo da assimilação e distanciamento dos discursos, o que correspondem aos resultados aqui expostos. As categorias de análise foram construídas com base na interpretação teórica das informações, dando ênfase aos elementos psicossociais presentes nas narrativas, como pessimismo, insegurança, medo e esperança.

Resultados e Discussão

Entre as similaridades e diferenças dos discursos dos três grupos de estudantes, foram assim identificadas as três categorias de análise, abaixo descritas:

- (1) Polarização, conservadorismo e a construção da imagem do inimigo:
Esta categoria reuniu narrativas que trouxeram uma caracterização da conjuntura atual, especialmente, o que diz respeito à polarização social e na construção da imagem do inimigo em um cenário marcado pelo avanço do conservadorismo social e econômico. Aqui fica evidenciado que a polarização se funda entre petistas x antipetistas, caracterizados, respectivamente, como “comunistas” e “facistas”. As narrativas dão ênfase à forma como o governo atual caracteriza seus



inimigos, tomando como elemento fundamental a propagação domedo contra os “subversivos”.

(2) Onda conservadora e pessimismo diante do futuro:

Como já informado, esta categoria sintetiza as análises dos participantes que, de maneira geral, entendem que a conjuntura atual é caracterizada majoritariamente como onda conservadora, especialmente após as últimas eleições presidenciais, o que revela um pessimismo diante das possibilidades de alteração do quadro social e político atual.

(3) Horizontes de esperança e transformação no futuro.

Esta categoria reuniu narrativas que indicaram horizontes de mudança social, fomentando esperança de um país e um mundo melhor. Ainda que pouca e localizadas narrativas neste sentido, as narrativas aqui presentes demonstram a necessidade de relativização da tese de que o pessimismo gerado pela onda conservadora é um fenômeno absoluto na realidade atual.

Polarização, conservadorismo e construção da imagem do inimigo

A combinação de um conservadorismo com polarização social marca a conjuntura na atualidade, na ótica de muitos participantes. Para A1, a polarização “facilitou a formação de microgrupos com interesses e características semelhantes gerando um cenário de multipolarização intensa” que gerou, ainda, a “(...) crise de partidos tradicionais e (...) clima de conflagração”.

A1 parece observar aquilo que Euzébio Filho (2018) retratou como sendo um cenário paradoxal, que engloba fortes características de polarização, inseridas em um contexto estrutural de crise de representatividade, que vem sendo representado pela erosão de referenciais políticos tradicionais. Em relação à polarização, A2 comenta:

“(...) os espectros social e político têm se mostrado convergentemente polarizados. De um lado temos uma parcela massiva da classe baixa que apoia políticas de distribuição de renda, veiculadas, geralmente, à imagem do PT; do outro temos a parcela restante das classes baixas



“unida” às classes mais elevadas), motivadas por revolta com relação à criminalidade, corrupção, drogas e por terem uma visão mais conservadora da cultura.”

Dentro de um cenário descrito como polarizado, A3 afirma: “É importante pensar que não foi a direita que ganhou eleitores, foi a esquerda que perdeu.” (2019). Esta avaliação parece corroborar a tese de Euzébios Filho e Tatagiba e Galvão (2019) sobre o avanço das pautas conservadoras e da direita após as manifestações de junho 2013, evidenciado, dentre outros aspectos, pelo sucesso eleitoral deste campo nas eleições de 2016 e 2018 e pelo padrão de protestos. Assim, Tatabiga e Galvão (2018) apontam para um novo ator no Brasil, especialmente desde 2015: os antipetistas. Parecendo identificar a polarização atual entre petistas x antipetistas, A3 completa:

“Os discursos hoje são extremos. Pensando na eleição de 2018, Haddad assumiu uma postura de política médio-longo prazo, algo muito mais preventivo, enquanto Bolsonaro, com o pé na porta, abordou soluções mais práticas, apesar de inconsequentes. O porte de arma é um claro exemplo. No final, as soluções mais simples de entender foram as que prevaleceram.”

Para A5, o cenário também é caracterizado pela polarização, acirrada pelas novas tecnologias: “Sociedade dividida e muito maniqueísta, com uma divisão quase “bipolar” entre esquerda e direita, com ambos os lados beirando o extremismo/radicalização”. Além da falta de diálogo, o participante aponta para a ausência da tomada de decisões democráticas, e continua “(...) existe muita histeria e mobilização em massa na esfera virtual diante de qualquer situação, porém falta espaço para o senso crítico e debate sobre essas pautas”.

A construção da imagem do inimigo opera dentro e fora das redes sociais. Segundo Martín-Baró (2000), esta construção se sustenta em uma comunicação pública baseada em estereótipos, olhares simplificados sobre o adversário político, que em um processo constante de desumanização torna-se inimigo, provocando desconfiança nas relações sociais e fomentando o medo e a violência como defesa contra o outro. É um estreitamento do campo perceptivo cercado de afetos. É o que parece ocorrer na relação entre os campos



polarizados - polarização que se dá, na linguagem usual entre os “petralhas/comunistas” x “bolsominions/fascistas”. Nesse sentido, completa A15: “No contexto político, as pessoas não conseguem dialogar com quem pensa diferente”.

O participante A7 também parece compartilhar da mesma opinião, quando diz: “Em um momento em que deveríamos estar pensando em soluções conjuntas, o que se vê é o isolacionismo, a culpabilização de imigrantes e minorias, o autoritarismo e a disseminação de mentiras (...)”.

A disseminação de mentiras combina com a intencionalidade de aniquilar o inimigo em um cenário de acirramento da disputa política. Em um cenário de enfrentamento, propaga-se ainda mais a mentira institucionalizada, para utilizar um termo de Martín-Baró (2000), ou como se conhece hoje: as *Fake News* – que se apresentam de maneira mais complexa com a internet e redes sociais. O autor também afirma que no contexto de acirramento da polarização, o que se vê são respostas extremadas e ao mesmo tempo populistas. É o que parece apontar também A7: “respostas perigosas às soluções desejadas: populismo, totalitarismo, neoliberalismo, xenofobia, violência contra minorias etc. (...)”. Se o adversário se torna um inimigo, em um intenso processo de cristalização das relações sociais, o outro torna-se, então, um não humano, um objeto a ser eliminado. Assim concluímos que o cenário de polarização tanto mais se acirra quanto mais se faz uso da mentira institucionalizada e da violência.

A violência é um elemento que acirra a polarização e o sentimento de medo. Uma vez que ela se constitui como um produto privilegiado que atrai audiência e consumo, contribuindo para acirrar o clima de disputa entre “aliados” e “inimigos”, e pautando-se por análises simplificadas de problemas como a criminalidade (Marín-Baró, 2000; Lima, Januzzi, Moura Júnior & Segundo, 2020). A segurança pública torna-se, assim, um elemento central nos debates eleitorais. Novamente o medo aparece como palco de disputa política. Como expõe A4: “Vivemos numa sociedade em que o jornalismo proporciona a cada dia novas notícias de assassinato, estupro, sequestro, desaparecimento etc”.

O participante A11 identifica, não sem fundamentos concretos, os atores conservadores e seus alvos inimigos, como resume bem: “Políticos de extrema direita vêm chegando ao poder e propagando discurso de ódio contra às minorias



e os opositores políticos, ademais desprezam o meio ambiente”. Na mesma direção, A7 afirma ainda que: “(...) o avanço de uma seita neopentecostal de sociabilização totalitária e moral hipócrita; revisionismo de conceitos e categorizações históricas consensuais, destruição da Amazônia, culpabilização de indígenas, negros, LGBT(s), imigrantes e pobres pelos males que nos assolam a todos”. Este cenário não favorece uma análise otimista, como conclui A7. E não é por acaso que Martín-Baró (2000) caracteriza o contexto de violência e polarização como desolador, especialmente para os oprimidos.

O cenário também é de polarização para C1, que caracteriza o momento atual como “contexto de tensão”. Para C11:

“Os extremistas, e aqui me refiro a qualquer extremo (esquerda, direita, feministas etc.) estão cada vez mais relutantes a ideias contrárias. E estamos tendo cada vez mais extremistas. Reticentes à diálogos saudáveis, partindo pra agressões verbais e físicas. A sociedade como um todo se sente desamparada com esse cenário, pois nada se aprova, nenhuma ideia é discutida com seriedade buscando um bem coletivo (...)”

O cenário de polarização, na opinião de C6, não apenas contribui para um “verdadeiro caos”, como também para naturalização da violência política, para usar termo de Martín-Baró (2000). Como afirma C6: “(...) discursos de ódio e extremos estão sendo vistos como normais, tanto no contexto social quanto no político”.

Mais uma vez retomamos à questão da construção da imagem do oponente como inimigo, que se apresenta como uma das características do que Martín-Baró (2000) denominou de violência política. Ao desumanizar o oponente como inimigo, a partir de uma imagem estereotipada do outro distante, com quem pouco se relaciona, abre-se caminho para execução da violência física e simbólica, seja pela repressão direta ou por difamação do adversário. A frase de C10, abaixo destacada, resume este pensamento em uma série de aspectos:

“(...) há um foco maior em destruir ou desclassificar o oposto do que em, de fato, refletir na melhoria da sociedade como um todo. Apesar de fácil



acesso à informação fornecido pela internet, parece que a ignorância, ou a má-fé, é que tem evoluído e cresce progressivamente”.

C10 parece concluir apontando para outro aspecto muito relevante: na disputa entre os campos polarizados, parece valer tudo – como parece indicar o fenômeno das *Fake News* para fins políticos-eleitorais, o qual o participante parece se referir. C16 parece compartilhar da mesma opinião, quando afirma:

“No âmbito político, há uma polarização muito forte no que diz respeito aos ideais e aos partidos, e como estes representam a população. Essa situação reflete no âmbito social e também causa decisões por conta do viés ideológico. A mídia e os meios de comunicação também possuem grande influência para a ocorrência de tal fenômeno, principalmente com a divulgação em massa de *Fake News*, que dificulta o diálogo e o entendimento dos diferentes nichos.”

O dispositivo da *Fake News* também não passa despercebido por C15:

“Acredito que são utilizados vários artifícios para desviar os interessados dos assuntos importantes, como por exemplo: *Fake News*. Isso me faz ter uma visão pessimista, pois percebo que não consigo ter acesso a informações claras do que está acontecendo e conseqüentemente não consigo criar o meu julgamento para direcionar as minhas ações.”

Assim, sem certeza de que nada é verdadeiro, a polarização política em tempos de *Fake News* cria uma “cortina de fumaça” (C12), combinando polarização com crise de representatividade. C12 afirma:

“A polarização política e social cria uma cortina de fumaça que distrai a sociedade de questões importantes, do debate sobre como resolver os problemas do país. Gera intolerância, despeito à democracia, e aumenta os riscos de retrocesso político e econômico.”

Para C8, trata-se de uma falsa polarização, uma vez que, que a “cortina de fumaça” esconde duas “classes políticas”: os políticos e a população. “A política hoje é uma ferramenta de manipulação das massas. O contexto social está dividido em duas classes. Os que governam e a população enfraquecida pela briga de ideais (direita x esquerda)”.



Assim como a onda conservadora, o fenômeno da polarização também deve ser relativizado, uma vez que atravessamos uma grave crise de representatividade, com uma sensação (ainda latente para muitos) de que a imensa maioria sai prejudicada pela “classe” política. De todo modo, a polarização é um dado concreto da conjuntura na atualidade, e ela se dá, especialmente, entre dois setores opostos já citados: petistas x antipetistas (Tatagiba e Galvão, 2019). É o que P1 acertadamente denominou de “gangorra progressista-reacionária”. A polarização, segundo P11, é caracterizada por:

“uma direita e uma esquerda partidárias que brigam virtualmente, esquerdas que brigam entre si, polarizações e discursos de ódio manobrados midiaticamente e por fim, nenhuma saída de realmente de esquerda apresentada de forma eficaz com base de apoio ampla, o que deixa espaço para discursos de ódio e de direita ganharem forças”.

Assim como P11, que menciona o “discurso de ódio”, P5 considera que a atual polarização no cenário político brasileiro também se caracteriza pela violência dirigida ao adversário político, sendo esta violência gerada, especialmente, por uma política “protofascista” do governo federal eleito em 2018:

“Não consigo afirmar com certeza se estamos em uma democracia ou num proto-fascismo, e temo bastante pelo futuro. Quando o centrão e o Mourão parecem figuras moderadas e razoáveis, é sinal de que algo muito errado está acontecendo. O gramscismo de direita do Olavo é extremamente preocupante, e pode deixar consequências terríveis”.

Ao mencionar um “gramscismo de direita do Olavo”, P5 parece fazer menção à tática de um dos gurus do governo, Olavo de Carvalho, que defende abertamente a desqualificação dos adversários, a saber: os “comunistas”. Segundo Oyama (2020), Olavo de Carvalho, até então figura irrelevante na cena política nacional, ganha destaque ao se aproximar dos filhos de Jair Bolsonaro (presidente atual), também parlamentares e que compõe o núcleo do governo. A autora revela que Olavo atua como conselheiro do governo.

Segundo Oyama, na visão de Carvalho, a esquerda atua para garantir uma hegemonia ideológica e cultural (que é o que Gramsci, filósofo marxista,



propõe na visão do guru dos Bolsonaroistas). Sendo assim, a direita deve fazer o mesmo e de maneira agressiva no desmonte do adversário. Com efeito, a ideia de que o governo trave uma guerra contra o “marxismo cultural” vem tendo expressiva influência no governo, especialmente, nas áreas da Educação, Cultura e Direitos Humanos – acirrando o projeto conservador e garantindo base de apoio de setores como os neopentecostais fundamentalistas, que defendem o projeto de Cura Gay e a criminalização do aborto, para apenas estes dois exemplos (Oyama, 2020).

C14 avalia a atuação do atual governo e afirma que ele contribui para maximizar o cenário de polarização (acreditamos que se trata do governo federal): “O atual governo não consegue avaliar de forma positiva ou usar simplesmente uma palavra positiva é um discurso carregado de ódio (...) Discurso desse governo maldito”.

A construção da imagem do inimigo, conforme aponta Martín-Baró (2000), atua, portanto, nesta disputa entre petistas x antipetistas, como também P11 parece indicar. Segundo Martín-Baró, é necessário superar a imagem do inimigo construída a partir de estereótipos e esquemas de simplificação da opinião do opositor. É o que P11 parece indicar mais adiante, quando diz:

“Penso que precisamos reaprender a disputar o debate público, nos atualizando ao mundo contemporâneo, dialogando com as diferenças, fortalecendo laços de solidariedade de classe, coletivizando os espaços e experiências; só assim poderemos construir/bolar juntos formas de barrar as violências, explorações, extrativismos e por fim, a onda conservadora crescente no país e no mundo.”

Onda conservadora e pessimismo diante do futuro.

Como adiantamos, há sólidas narrativas de participantes que indicam que a conjuntura na atualidade também é caracterizada por uma onda conservadora, como podemos observar no discurso de A13, que afirma categoricamente que o contexto atual é marcado pelo: “Avanço das agendas conservadoras em todas as pautas”.



Sobre a possibilidade de resistir às pautas conservadoras, A7 parece não ser otimista, ao menos para uma mudança imediata dos rumos atuais. Ele afirma que:

“(...) nossa luta deve ser para interromper o fascismo e a ignorância antes que seja tarde demais. O problema é que não sei se iremos conseguir fazer isso nos próximos 10 anos, o que já pode ser tarde demais e condenar-nos drasticamente nos próximos 50/110 anos.”

Nota-se aí um discurso pessimista, que também se faz presente na análise de A4, quando afirma:

“Não costumo ser uma pessoa pessimista, mas estou muito preocupado com o futuro e assustado com os movimentos atuais (...) minhas maiores preocupações são: 1) mudança climática; 2) desigualdade social; 3) direitos humanos e pautas das minorias; 4) robotização e supressão do direito à privacidade.”

O pessimismo tem um fundamento concreto: as mazelas da sociedade – e são muitas. Como afirma A15, o contexto: “Está piorando a distribuição de renda e o desemprego está muito elevado. Os policiais estão tendo uma “licença” para matar sem serem devidamente responsabilizados, em consequência as mortes ocorrem, majoritariamente, com pessoas pobres e negras”. Para A11, “Há uma raiz corrompida que no curto prazo é impossível de se mudar.” Porém, ele completa: “Ainda assim, vemos por parte da população um interesse crescente em temas políticos e isso pode ser um caminho para uma melhora.”

O pessimismo e o otimismo político são traduzidos, em termos psicossociais, pela validação sócio-política ou não de ações coletivas de enfrentamento das desigualdades, que afirmam ou enfraquecem afetos como a esperança (Holzkamp, 2016) – a esperança de um mundo melhor, de minimização das injustiças sofridas etc.

A oscilação entre o pessimismo e o otimismo pode ser compreendida pela dialética da consciência de classe, apontada por Iasi (2006). Segundo o autor, a consciência de classe se movimenta entre a negação e o consentimento da ordem, a vontade de transformar a sociedade e o acomodamento político, a naturalização ou decodificação dos processos históricos e políticos. A



consciência, em uma determinada conjuntura, também pode se caracterizar pela predominância de um destes dois polos. Se não se pode observar nas narrativas apontadas uma naturalização ou acomodação explícitas, o medo e o pessimismo parecem predominar neste momento. Afetos estes que parecem ser causados pela ausência de alternativas concretas ao que está posto no campo político atualmente.

Com pessimismo ou não, o cenário atual é marcado por incertezas. Esta é a opinião de A8 e A15, respectivamente: “Muitas mudanças incipientes, ainda acho cedo demais para dizer se serão boas ou não” e “Resumidamente, o contexto atual é caótico e imprevisível.”

O cenário político atual também vem sendo caracterizado por uma onda conservadora que é alimentada por uma rede de desinformação que gera insegurança, medo e desesperança. Observando estas questões, C4 classifica a conjuntura atual “deplorável” e continua: “Ao ver líderes de extrema direita se apoiarem em holdings de comunicação e dados norte-americanos, imagino que a nova revolução industrial trará ainda mais austeridade e desigualdades”.

Na avaliação de C5, o clima político na atualidade abre espaço para os extremismos políticos baseados na “supervalorização de formas violentas e autoritárias de expressão (...) e incentivo a formas agressivas de comunicação; como se estivéssemos regredindo em termos democráticos.”. A regressão “em termos democráticos” se caracteriza, portanto, na “supervalorização das formas violentas e autoritárias” de fazer política.

A onda conservadora se manifesta também pela perda de direitos sociais. Para C3, vivemos uma conjuntura caracterizada por essa perda: “A leitura que faço é de uma população descrente nas políticas públicas (...)”. P5 reforça esta opinião, quando diz: “Vejo muito a diminuição de serviços públicos que facilitam o desenvolvimento educacional, como o corte nos horários das bibliotecas públicas”.

Este cenário faz com que C19 peça uma “uma mudança urgente”. O sentimento de urgência advém, justamente, de uma leitura que caracteriza o momento atual como “horroroso, medonho, assustador” (P1). Para P4, o projeto conservador se caracteriza no “desmantelamento das políticas sociais de tentativa de diminuição das desigualdades sociais e acirramento do projeto de



genocídio da população negra e indígena, assim como da violência e mortificação da população LGBT. Uma necropolítica em execução”.

Para P8, trata-se de um “Extremismo de direita horroroso”. Para P6, “nosso governo federal está nas mãos da extrema direita que gera ainda mais regressão política, econômica e de garantia de direitos”, o que também configura um conservadorismo. Por conta do aprofundamento do conservadorismo, P7 classifica o momento que vivemos como uma “barbárie”, e afirma: “é chocante ver o desmonte dos direitos e tem sido difícil acreditar que nem tudo está perdido”.

A dificuldade de acreditar que nem tudo está perdido é outro indicador da crise de representatividade: a ausência de projetos alternativos àquele que se estabelece de modo hegemônico, o que se materializa na perda de esperança e retomada do medo como afeto político (Euzébios Filho & Guzzo, 2018). O discurso de P9 traz mais elementos para esta reflexão:

“Surge então, em um cenário de crise econômica e desconfiança, um candidato que enuncia tais perspectivas, fazendo pessoas que já pensavam dessa forma se sentirem legitimadas a falar e agir como tal. O restante votou por acreditar não ter outra opção, com medo da corrupção e da mesmice. Pra mim, vivemos em um período em que o preconceito, bem como diferentes perspectivas sobre a história do país (a exemplo do regime militar) foram trazidas de volta ao debate público. Possibilitando um exercício de memória. Além disso, acredito que a personificação dessa forma arcaica e violenta de pensar tem o potencial de “ensinar pelo mal exemplo”.”

Assim como observa Maitino (2017) ao analisar os principais temas de discursos do então deputado federal Jair Bolsonaro, P9 nota o ressurgimento de uma “direita sem vergonha” de se afirmar como tal. Assim, este cenário pode ser assim caracterizado: “O Brasil vive seu pior momento social, político e economicamente desde o fim da ditadura militar” (P6).

É um cenário que, como dito, traz insegurança em diferentes esferas da vida: das relações intersubjetivas marcadas pela desconfiança, passando pela



produção das informações até os direitos trabalhistas, alcançando, finalmente, a dimensão econômica (Euzébios Filho & Guzzo, 2018). Como resume P3:

“Eu sinto que vivemos em épocas de muita incerteza e de muitos conflitos de valores. Nunca dá para sabermos o que é verdade, e tememos posições que os outros possam assumir, o que traz insegurança. Na política, então, ficamos (nós, governados) com sentimento de impotência, enquanto para o governo isso é conveniente.”

O sentimento de impotência é uma das melhores traduções de um cenário marcado pela crise de representatividade e que combina elementos de polarização, perda de direitos sociais e avanço do conservadorismo social e político.

Horizontes de esperança e transformação no futuro

Como afirmamos, a tese da onda conservadora deve ser relativizada e não entendida como ausência de lutas e esperanças. É verdade, porém, que os únicos participantes que apontaram, explicitamente, algumas narrativas que indicam horizontes de transformação vieram do grupo da psicologia – justamente o grupo mais engajado politicamente e movimentos e entidades políticas entre os três estudados.

Neste cenário de incertezas pelo qual passamos na conjuntura atual, associados à experiência de solidão do individualismo neoliberal e de um ritmo acelerado vivido pelos jovens, Calderon (2019) aponta para a necessidade de nos perguntarmos

(...) ¿qué hacemos y hacia dónde vamos, pero sin dejar de preguntarnos con quienes vamos? Pensar en formato proyecto, ideas volcadas a la comunidad, a la transformación social, al decir de Pichon Rivière (1978), ante la desesperanza los proyectos colectivos permiten planificar esperanza junto a otros.” (p. 17).

Nesta direção, Sawaia (2001) argumenta que o pessimismo é produto e produtor da desmobilização das ações coletivas de resistência, gerando desesperança e sofrimento ético-político, caracterizado por um sentimento de desamparo diante da ausência de um horizonte de mudança social. Por outro



lado, as ações coletivas de enfrentamento das desigualdades sociais podem gerar o que a autora denominou de felicidade ético-política. Segundo a autora, “a felicidade ético-política é sentida quando se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade”. (p. 105)

É importante ressaltar que as possibilidades de transformação vislumbradas pelos participantes não se apresentam de forma clara e não passam pela organização sindical ou partidária. O que as narrativas indicam é um enfoque no trabalho de base e na relação com movimentos populares descentralizados. Então, mesmo em um cenário apontado como conservador, muitos destes estudantes mencionam possibilidades de resistência. Esta resistência parece ser liderada por setores do Movimento Estudantil e movimentos populares específicos.

P9 afirma ter esperança de que os eleitores do atual presidente reflitam criticamente sobre as ações do governo. Ele diz: “Espero que a população que o elegeu por ocasião perceba que não se identifica com essa postura, de modo a não repetirmos mais ondas reacionárias em um futuro próximo”.

Segundo P8, este momento de crise, instabilidade política e econômica e polarização, revela-se paradoxalmente como um “tempo de ampliar certos debates”. A mesma posição parece ter sido compartilhada com P10, que coloca:

“Após as últimas eleições, vejo o contexto social e político se mobilizando para pensar formas de resistir às ameaças à democracia, às políticas públicas, aos direitos humanos (...) percebo uma movimentação interessante que tem exigido do coletivo enquanto um espaço de resistência. Por exemplo, os debates suscitados em ambientes informais para discutir a conjuntura atual, como em reuniões de redes de bairros (Rede Butantã), institutos privados (como espaços artísticos) (...), ocupações artísticas nas universidades (eventos acadêmicos, Centro Acadêmico, espaços de circulação, brechas das aulas, Movimento Estudantil, assembleias). Toda a conjuntura tem exigido desses momentos em conjunto, pois tem sido necessário discutir o momento atual.”



P10 cita, como podemos notar, alguns atores da resistência: o movimento estudantil especialmente, mas também movimentos populares e na área da cultura. Não menciona partidos ou figuras públicas, o que talvez indique que setores que operam esta resistência estejam atuando por fora das instituições e entidades políticas tradicionais, como partidos e sindicatos. Por outro lado, é importante mencionar, como demonstramos na caracterização inicial dos participantes, que muitos deles (não apenas da psicologia, mas dos outros cursos) também se identificam com partidos do campo da esquerda e centro-esquerda.

Conclusão: do medo à esperança?

Os entrevistados do curso de Administração mencionam um contexto político marcado pela polarização, violência entre os grupos polarizados e contra determinados setores da população, como a população LGBTQI. Alguns participantes, para caracterizar este cenário, fazem menção explicitamente ao que denominam de “onda conservadora”, corroborando estudos anteriores sobre o olhar da população jovem e universitária sobre a conjuntura (Euzébios Filho e Guzzo, 2018).

Como os estudantes de Psicologia, muitos entrevistados do curso de Administração localizam explicitamente a polarização e afirmam que ela se dá de forma mais acentuada entre os petistas x antipetistas, assim como sugere Tatagiba e Galvão (2019). A polarização é acirrada, segundo narrativas de estudantes dos três grupos distintos, pelas redes sociais e as chamadas *Fake News*.

Os entrevistados do curso de contabilidade, em geral, também apresentam uma visão negativa da conjuntura na atualidade e enfatizam a polarização política, desconfianças em partidos e uma crise de governabilidade. Dá-se destaque para as respostas que mencionam o embate violento entre setores polarizados inflamados pela indignação da população com as condições de vida e com a própria política, abrindo espaço para os extremismos - “direita x esquerda” ou “populismo de direita x esquerda”, como afirmou um dos participantes.



O único grupo em que aparece a “crise de governabilidade” como o problema mais relevante na conjuntura atual – e não apenas uma crise estrutural da democracia, como parecem indicar a maioria das respostas dos grupos de Administração e Psicologia – foi dos estudantes de Contabilidade, indicando, para solução da crise social e econômica, uma aposta deste grupo em uma gestão pública mais eficaz.

Os entrevistados do curso de Psicologia, em geral, também apresentam uma visão negativa da conjuntura na atualidade: também caracterizada por uma onda conservadora, por uma polarização política e crise das instituições democráticas, desconfianças em partidos e até em movimentos sociais - estes últimos são apontados por Gohn (2017) como representantes de uma lógica mais horizontalizada de organização, diferenciando-se, por exemplo, de sindicatos e partidos.

Por fim, a partir da análise do que pensam os jovens universitários sobre a conjuntura política atual foi possível perceber que, apesar do pessimismo crescente, ligado à crise de representatividade e ao avanço conservadorismo e de seus efeitos sociais, políticos e econômicos deletérios, houve espaço, ainda que tímido, para o florescimento de um sentimento de esperança quanto a transformações políticas e sociais que apontem para a diminuição das desigualdades sociais por meio das elaborações coletivas e mobilizações horizontais.

O empobrecimento massivo da população, a retirada sistemática de direitos e a violência crescente contra os ativistas de oposição ao governo atual terão que tipo de consequências políticas? Contribuirão para a unidade dos movimentos contestatórios?

Será que a esperança renascerá frente ao medo, ao ódio contra a diversidade e ao sofrimento ético-político, em um cenário de fragmentação dos movimentos sociais? Esperamos que sim. Que a desastrosa gestão do governo Bolsonaro em todos os setores gere não apenas desalento e pessimismo, mas indignação e ação transformadora.

As últimas pesquisas eleitorais (por exemplo, G1, 2021) dão conta que o governo Bolsonaro vem perdendo popularidade em meio à negligência diante das milhares de mortes no contexto da pandemia da COVID 19. Notamos que



nem sempre as *Fake News* se sobrepõem à capacidade crítica da população, que observa, com cada vez mais clareza, a inoperância do governo federal na atualidade também no que se refere à política econômica, de saúde pública, de assistência social, de saúde, educação e cultura.

A conjuntura dos próximos anos nos dirá se a esperança retomará novamente o lugar do medo.

Referências

- Aguillar, J. (2015). Elecciones 2015: ruptura institucional e desafección política. In *Estudios Centro Americanos*, 70 (740), 45-60.
- Ali, T. (2012). O espírito da época. In *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo. Boitempo/Carta Maior, 65-72.
- Alves, G. (2012). Ocupar Wall Street... e depois?. In *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo. Boitempo/Carta Maior, 31-18.
- Antunes, R. (2008). As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.) *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*, 41-51.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. (2ª ed.) (trad. Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: editora UNESP.
- Boito Júnior, A (2003). A hegemonia neoliberal do governo Lula. In *Crítica marxista*, 17, 12-36. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf
- Brenner, A. K. (2011). *Militância de jovens e partidos políticos*. Tese de doutorado. Departamento de Educação, USP. São Paulo.
- Calderon, L. L. (2019). Subjetividades y diversidad en la universidad. *Revista Electrónica de Psicología Política*. Año 17, N°42 - Julio/Agosto de 2019 (pp.11-18).
- Caminho, L; Silvia, E. A.; Souza, S. M. (1998). Primeiros passos para a elaboração de um Modelo Psicossociológico do Comportamento Eleitoral:



- estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 7-33.
- Cardoso, G. A. B. (2016). A esquerda aceitável: a transição do PT para o reformismo no contexto das eleições de 1994, 1998 e 2002. *Global Journal of Human Social Science*, 16 (2), 19-33. doi: 10.17406/GJHSS
- Castells, M. (2018). *O poder da identidade* (trad. K. B. Gerhardt). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Euzébios Filho, A. (2016). Representação política e movimento estudantil no ensino superior: reflexões sobre uma universidade pública paulista. In C. M. Cardoso (org.) *Universidade, poder e direitos humanos*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 77-106.
- Euzébios Filho, A (2019). A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. *Rev. psicol. polít.* [online]., vol.19, n.45, pp. 186-201. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2019000200004&lng=pt&nrm=iso
- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L. (2018). A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. *Psicologia USP*, 29(2), 159–168. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/150856/147712>
- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L. (2020). What Do Young Brazilian Students Think About Socialism? Class-Consciousness Past, Present and Future. *Awry: Journal of Critical Psychology*. Disponível em: <https://awryjcp.com/index.php/awry/article/view/8/10>
- Florentino, R. (2008). Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre os jovens. *Opinião Pública*, vol, 14, no.1, 205-235. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100008.
- Freire, P. (2001) *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freud, S. (1991). Psychologie des masses et analyse du moi. In J. Laplanche (Org.), *Oeuvres complètes* (pp. 1-83). Paris: PUF. (Original publicado em 1921)



- Frizzo, G. (2014). Educação, processos de consciência e as jornadas de junho. Em: *Universidade e Sociedade*, no. 53, 6-15. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1901338914.pdf>.
- Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: corrente e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- G1 (2021). DataFolha: 51% reprovam desaprova desempenho de Bolsonaro na pandemia; 21% aprovam. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/14/datafolha-51percent-reprovam-desempenho-de-bolsonaro-na-pandemia-21percent-aprovam.ghtml>
- Holzkamp, K. (2016). *Ciência marxista do sujeito. Tomo I* (Trad. E. L. Kawamura, J. Meireles, L. Borges, R.S. L. Guzzo).
- Iasi, M. (2006). *As metamorfoses da consciência da classe: o PT entre a negação e o consentimento da ordem*. Expressão Popular.
- IBOPE (2015). Índice de confiança social. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf
Recuperado em 11/06/2017
- Jacques, M.G. C. (1993). Um método dialético de análise de conteúdo. *Revista Psico*. 24 (2), 34-52.
- Le Bon, G. (1954). *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia. (Original publicado em 1895)
- Lima, R. S. de, Jannuzzi, P. de M., Moura Junior, J. F., & Segundo, D. S. de A. (2020). Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. *Opinião Pública*, 26(1), 34-65. Epub May 18, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202026134>
- Maitino, M. E. (2017). “Direita sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *Plural*, 25 (1), pp. 111-134.
- Martín-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1). <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martín-Baró, I. (2000). *Acción y ideología* (10ª ed.). San Salvador: UCA.
- Martins, L. M. (2008). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico e dialético e as abordagens qualitativas de



- pesquisa. In *Anais da ANPED*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf> Recuperado em 9/08/2017.
- Melo, D. B. (2015). A direita ganha as ruas. Elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc51/Tc512.pdf> . Recuperado em 12/10/2017.
- Mesquita, M. R. (2003). Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes sob a ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1151>. Recuperado em 9 /09/2017.
- Messenberg, D. (2015) O paradoxo da democracia. A participação política dos alunos da Universidade de Brasília. *Civitas*, v. 15, n. 1, p. 1-23. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18937>
- Oyama, T. (2020) *Tormenta - o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Paulane, L. M. (2020). Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. In *Margem à esquerda*, no. 32, pp. 48-56.
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, 59-71.
- Reich, W. (2001). *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Editora.
- Ricci, R. (2009). Identidades de esquerda. O que é ser de esquerda no século XXI? *REA*, no. 99, 5-12. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7717/4442> Recuperado em 4/12/2017
- Romão, W. M (2013). As manifestações de junho e os desafios a participação institucional. In *Boletim de análises institucionais*, IPEA, no.9, 11-20. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5900/1/BAPI_n04_p11-17_OP_Manifestacoes-junho_Diest_2013-out.pdf



- Sandoval, S. A. M. (1997). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In Mary J. Spink. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar* (pp. 87-102). São Paulo: Cortez.
- Sawaia, B. (2001). Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In Bader Sawaia (Org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed.
- Shorrocks, A; Davies, J; Lluberas, R (2014). *Global Wealth Report*. Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=60931FDE-A2D2-F568-B041B58C5EA591A4> Recuperado em 12/11/2017.
- Silva, A. S. da. (2001). Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. *Interações*, 4(12), 69-90
- Singer, A. (2015). Quatro notas sobre as classes sociais nos últimos dez anos do Lulismo. *Psicologia USP*, 26 (1), p. 7-14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00007.pdf>
- Solano, E; Manso, B. P. M; Novaes, W. (2014). *Mascarados. A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração.
- Tabata, S. C., & Euzébios Filho, A. (2020). Ser de Direita e de Esquerda Hoje: a política pelo olhar de universitários recém-ingressos. *Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 29(3), 478. <https://doi.org/10.18224/frag.v29i3.7837>
- Tatagiba, L. & Galvão, A. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25 (1): pp. 63-97.
- Urban, M (2004). *El viejo y la nova derecha radical*. Barcelona: Crítica Alternativa.